

# A DINÂMICA DA PLURIAATIVIDADE EM ASSENTAMENTO PERIURBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Luciane Cristina De Gaspari<sup>1</sup>  
Carlos Armênio Khautonian<sup>2</sup>  
Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>3</sup>

## Resumo

No estado de São Paulo o processo de industrialização e urbanização e, conseqüentemente, de modernização agrícola ocorreu de modo mais visível e dinâmico e estabeleceu estreitas relações entre a dinâmica urbano-regional e agrícola-agrária, marcadas por processos excludentes e concentradores. O assentamento Comuna da Terra ou PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Milton Santos está localizado na Região Metropolitana de Campinas, no município de Americana, região que pode ser vista como espelho do estado. Logo, o assentamento é inserido em um contexto favorável a emergência da pluriatividade entendida como a realização da atividade agrícola e não-agrícola pelas famílias assentadas. Tendo em vista o contexto favorável à emergência da pluriatividade, este estudo busca contribuir com a discussão sobre o significado, formas e características da emergência da pluriatividade em assentamentos rurais sustentáveis localizados em Regiões Metropolitanas, levando em conta as características da agricultura praticada pelas famílias. Deste modo, a pluriatividade nesta área contribui com o aumento da renda familiar total e em alguma medida com o fortalecimento da agricultura.

**Palavras chaves:** Comuna da Terra; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Pluriatividade; Trabalho Agrícola; Desenvolvimento

## 1 – Introdução

Diante de um contexto de transformações das ocupações rurais, redução da renda agrícola, reestruturação da economia e do comércio (globalização) e de crises ambientais e energéticas, o debate atual sobre a reforma agrária toma outros contornos. Trata-se notadamente da proposta de assentamentos sustentáveis próximos a grandes centros urbanos, que passam a apontar para novos desenhos das políticas de reforma agrária, como exemplos os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e as Comunas da Terra.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ecologia Aplicada. Universidade de São Paulo, ESALQ/CENA. E mail: luciane.degaspari@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Produção Vegetal da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. E mail: armênio.esalq@usp.br

<sup>3</sup> Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Ecologia Aplicada. Universidade de São Paulo, ESALQ/CENA. E mail: pmarques@usp.br

Nestas circunstâncias, muitos assentamentos são compostos de lotes pequenos com produção agroecológica. Localizados em áreas urbanas ou rurais próximas a cidades, estes assentamentos são propícios para o desenvolvimento de atividades econômicas agrícolas, mescladas com não agrícolas, explorando a pluriatividade como forma de aumentar a renda dos assentados.

Assim, a proposta deste texto é discutir o significado, as formas e o impacto da pluriatividade nas famílias assentadas. De fato, trata-se de experiência bastante incipiente, cuja análise dos seus limites e potencialidades está em aberto. O estudo permitiu examinar o assentamento agroecológico na Região Metropolitana no que se refere a pluriatividade, tendo em vista os objetivos sociais do reforma agrária.

O artigo trata inicialmente sobre a forma de análise da pluriatividade adotada nesta pesquisa. Em seguida há a descrição de um breve contexto do território onde está inserido o assentamento, além de suas características. Por fim, a análise se dá no plano das famílias pluriativas e dos impactos da adoção desta estratégia.

## **2- Fundamentação teórica**

A pluriatividade contemporânea foi examinada por Marsden (1995) como uma expressão resultante da crise do modelo fordista de produção, com intensa segmentação do trabalho e o surgimento de novas dinâmicas familiares. Complementando os estudos de Marsden, Fuller (1987) concebe a pluriatividade a partir das transformações do mercado de trabalho, da estrutura da economia local e da família rural numa perspectiva histórica e focada no local.

O conceito se refere à análise da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas (SCHNEIDER, 2009a). A proposta evidencia estratégias de gestão do trabalho doméstico, que incluem atividades agrícolas e não agrícolas, que dão suporte a unidade doméstica ou são motivadas por razões alheias à agricultura (SACCO DOS ANJOS, 2003).

A atividade é entendida como a realização de um conjunto de tarefas, procedimentos e operações de caráter produtivo e laboral. As atividades agrícolas resultam em produtos agrícolas in natura. Já as atividades para agrícolas são um conjunto de tarefas que transforma, beneficia ou processa produtos agrícolas ou derivados, oriundos do próprio estabelecimento rural ou fora dele, além da prestação de serviços ligados a agricultura. As atividades não agrícolas são tipos de empregos em ramos e setores econômicos e produtivos tidos como não agrícolas (SCHNEIDER, 2009b). A pluriatividade é a interação entre atividades agrícolas, para agrícolas e não agrícolas.

O exame da pluriatividade deve ser baseado na unidade familiar admitindo a agregação de três características: a composição demográfica da família, o processo de tomada de decisão e a junção das vontades e interesses dos indivíduos, considerando suas posições locais e históricas (CHAYANOV, 1974; SCHNEIDER, 2009b).

Ademais, a adoção da família rural como unidade de análise possibilitou o exame da pluriatividade pela ótica do agricultor, dado que a família é o centro decisório e integrador da unidade produtiva e doméstica. É a partir das decisões estratégicas das famílias que se explica a perpetuação ou desagregação das unidades agrícolas (MATTEI, 2007).

A adoção da estratégia pluriativa pela família rural pode ser considerada como um processo de definhamento social ou, conforme Schneider (2009b) e Saco dos Anjos (2003), como uma característica inerente à organização das unidades de trabalho familiar. O fenômeno pode ser visto como um recurso, que garante a reprodução social do grupo

familiar em situações de precarização, que são provocadas pela marginalidade, reflexo da modernização da agricultura, ou como uma estratégia individual de seus membros representando a satisfação de projetos coletivos ou de respostas individuais.

Partindo da suposição segundo a qual a pluriatividade é estimulada por ser uma característica intrínseca da agricultura familiar, vários estudos demonstraram que o exercício de múltiplas ocupações por uma mesma família não é um sinal de fraqueza ou de definhamento, mas é uma característica do “modo de funcionamento” de unidades que se organizam com base do trabalho familiar (SCHNEIDER, 2009a; 2009b; SACO DOS ANJOS, 2003).

A noção de pluriatividade é questionada, pois engloba as dinâmicas familiares e dos indivíduos e permite indagar se o fenômeno é um estado temporário ou um mal necessário no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias e das áreas rurais (SCHNEIDER, 2003a).

Ao não se levar em conta as dinâmicas familiares, a pluriatividade pode ser vista como uma característica transitória e efêmera, com tendência ao desaparecimento tão logo as condições econômicas do entorno melhorem (SCHNEIDER, 2009a).

Pelo contrário, a inclusão das dinâmicas familiares possibilita que a pluriatividade seja compreendida como uma estratégia de resistência diante de um meio rural repleto de risco e vulnerabilidade, ou como uma estratégia adaptativa, que surge quando os indivíduos têm possibilidades de escolhas e optam frente a muitas oportunidades. Em outras palavras, trata-se de considerar as capacidades e poder de agência dos indivíduos (SCHNEIDER, 2009a).

Os significados, características e formas da pluriatividade variam de acordo com os fatores que estimulam seu aparecimento. As variações ocorrem conforme a renda, a superfície de terra disponível e as características de quem a exerce (o sexo, a posição na hierarquia familiar, grau de escolaridade, número de membros da família e diferenciação etária) (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005).

Ademais, as condições socioeconômicas do contexto local impactam a pluriatividade de forma diversa e diferenciam-se conforme variáveis exógenas, tais como mercado de trabalho e infraestrutura (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005). Em suma, convém insistir, a pluriatividade se refere a um fenômeno estrutural, conjuntural, multidimensional e multicausal (CONTERATO e SCHNEIDER, 2005). Deste modo, trata-se de um tema complexo e de natureza sistêmica.

### **3 – Metodologia**

A fim de compreender as dinâmicas do território onde foi implantado o assentamento sustentável foram levantadas informações sobre a contextualização atual e a evolução histórica dos territórios em torno do assentamento Milton Santos, localizado em Americana, SP. O foco nos territórios permite revelar o grau de interação urbano-rural, considerando que é plausível a ideia, segundo a qual, o sucesso da criação de novas unidades familiares de produção rural depende da intensificação das ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades (ABRAMOVAY, 1999).

O segundo nível de análise se dirige ao assentamento Milton Santos, localizado na Região Metropolitana de Campinas. Os dados referentes ao assentamento foram levantados pela observação participante e entrevistas com coordenadores no ano de 2013. Ademais, a autora atuou como extensionista neste assentamento por mais de cinco anos.

No terceiro nível, a pesquisa focou os lotes agrícolas, local onde se visualizam as estratégias familiares e seu modo de vida os quais desencadeiam as práticas que podem

ser analisadas a partir de indicadores. É fundamental que o comportamento dos indivíduos e grupos da sociedade seja compreendido e avaliado para elaboração de políticas públicas (SEN, 2010). Nos lotes agrícolas é a família que define as estratégias para as soluções de problemas, que procuram garantir a manutenção de uma situação de equilíbrio e reprodução social (LAMARCHE, 1993). Por esta razão, é importante compreender a família em seus aspectos múltiplos, com abordagem multidisciplinar considerando sua trajetória, o que oferece uma base apropriada ao estudo de seu patrimônio sociocultural e valores.

Os dados foram captados no ano de 2013, pela técnica da história oral. Este método foi complementado com entrevistas padronizadas e observação participante. Durante as visitas aos lotes foram levantadas informações sobre aspectos sociais, econômicos e agrícolas que estão relacionados ao modo de vida da família e suas estratégias. Por fim, todos os dados foram analisados de forma qualitativa e também utilizando parâmetros de frequência e porcentagem.

Neste estudo foi escolhida a metodologia qualitativa de amostragem para a seleção do assentamento, numa perspectiva de estudo de casos. Este tipo de amostragem é utilizado em pesquisa social empírica, abordando um fenômeno atual num contexto de vida real, por meio de múltiplas fontes de evidência.

#### **4. - Resultados e Discussão**

##### **4.1 O contexto entorno do assentamento Milton Santos**

A apresentação de um breve histórico agrário do estado de São Paulo busca identificar elementos históricos, que auxiliem na compreensão a respeito dos macros processos socioeconômicos dos quais os assentados do Milton Santos estão inseridos.

Convém lembrar que a cana de açúcar foi introduzida em São Paulo em 1532, tendo sido a base da economia até parte do século XIX. A região de Campinas, onde se localiza o assentamento Milton Santos, já nesta época fazia parte do chamado “Quadrilátero do Açúcar” (PETRONE, 2010).

A ocupação do território paulista ocorreu por meio de incentivos ao latifúndio monocultor, escravocrata e voltado ao mercado externo. Reforçando esta proposta, a aplicação da Lei de Terras (1850), em São Paulo regulamentou o acesso à terra legitimando grandes posseiros, propriedades escravocratas e capitalizadas (OLIVEIRA, 2010).

Mais tarde, surgiu a figura do colono como uma forma de manter a mão de obra sazonal para o plantio e colheita do café, restringindo ao máximo o acesso à propriedade (AQUINO, 2010). Com a crise do café, os processos de industrialização e urbanização de São Paulo são acentuados e marcados por um intenso deslocamento populacional.

Paralelamente à industrialização e urbanização, a partir de 1950, inicia-se o processo de modernização agrícola paulista. Entre 1960 e 1980, ocorreu a generalização das mudanças técnicas e econômicas decorrentes deste processo por todo território paulista, como o aumento do êxodo rural, do número de assalariado, bem como a diminuição dos pequenos proprietários. Neste período, no campo evidenciou-se a relação entre o capital financeiro e a agricultura em paralelo, um forte movimento migratório e o aumento da pobreza rural e urbana. Ademais, cresceu o movimento de luta pela terra (DECARVALHO, 2011)

Com isto, na década de 2010, São Paulo desfruta de um padrão agrário moderno, generalizado e intenso (MULLER, 2004). O estado conta com o maior mercado interno

do país, com relações capitalistas de produção avançadas e uma agricultura mercantil tecnificada, fatores que colaboraram com sua expansão diversificada em pequena escala, e concentrada com predomínio de monoculturas em grande escala.

A partir das diversas implicações sugeridas até aqui, o estado de São Paulo se torna emblemático para análise sobre as estratégias de renda das famílias assentadas agrícolas e pluriativas, proposta deste estudo. Em São Paulo o processo de industrialização e urbanização ocorreu de modo mais visível e estabeleceu estreitas relações entre a dinâmica urbano-regional e agrícola-agrária. Trata-se de um território marcado pelo crescimento desequilibrado e concentrado.

Entre as regiões mais dinâmicas do estado está a Região Metropolitana de Campinas, fortemente urbanizada e industrializada com um espaço rural moderno e concentrado. O município de Americana, onde está localizado o assentamento Milton Santos, faz parte deste conglomerado urbano, podendo ser pensado como um espelho regional.

Este é território emblemático para discutir as questões referentes a pluriatividade, afinal, há altas densidade demográfica, elevadas taxas de urbanização e de dinamismo econômico, com as terras mais valorizadas nos últimos anos e concentração fundiária considerada forte a muito forte. Assim, o assentamento Milton Santos apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento da pluriatividade em razão do mercado de trabalho dinâmico e da agricultura em estágio avançado de modernização, fatores destacados como promotores da pluriatividade por diversos autores como Saco dos Anjos (2003) e Schneider (2003a).

## **4.2 - O assentamento Milton Santos**

As terras do assentamento estão posicionadas entre os municípios de Americana (56 hectares) e Cosmópolis (48 hectares). Sua área total é de 103,45 hectares distribuídos em Reserva Legal (20,88 ha), Área de Preservação Permanente (10,88 ha) e Área Agrícola (71,84 ha). O assentamento é formado por 70 lotes de cerca de um hectare.

Além do monocultivo em larga escala de cana de açúcar, o entorno é entrelaçado por indústrias, bairros urbanos periféricos, chácaras de lazer, empresas de recreação e alguns remanescentes de mata ciliar.

As vias de acesso e internas ao assentamento são precárias e, o deslocamento é realizado por transporte público considerado ruim. Ambos os fatores inviabilizam uma ligação dinâmica com as áreas urbanas comprometendo o desenvolvimento do assentamento e da pluriatividade.

Em linhas gerais, a produção do assentamento Milton Santos desde sua criação é de hortaliças comercializadas principalmente através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Doação Simultânea. O faturamento obtido com a atividade agrícola é presente na composição da renda familiar de 82% das famílias. A receita oriunda da pluriatividade faz parte da composição de renda de 45 % das famílias. O rendimento da atividade agrícola é duas vezes mais frequente, que a renda oriunda da pluriatividade evidenciando sua importância.

## **4.3 - As famílias pluriativas**

As famílias com estratégia de renda pluriativa no assentamento são formadas por mais membros, que aquelas com outras estratégias. As famílias pluriativas são compostas

por dois membros (36%), três indivíduos (6%); quatro (29%); cinco (6%) e por fim, mais de seis membros (23%). Situação semelhante é relatada por Schneider, *et al.*, (2006); Schneider, (2009b) em outros contextos.

As famílias com tamanho maior têm mais mão de obra disponível favorecendo a diversificação de atividades e a pluriatividade (SACO DOS ANJOS, 2003). Ademais, os lotes com tamanhos reduzidos de assentamentos nas modalidades PDS e Comunas da Terra não são capazes de absorver toda mão de obra disponível pelas famílias numerosas, fortalecendo a pluriatividade.

Estas famílias pluriativas são chefiadas por filhos de trabalhadores rurais, que não conseguiram se fixar no campo e migraram para as cidades, ou são filhos de ex-proprietários rurais familiares expulsos com a acentuação do processo de modernização agrícola.

Os antecessores dos chefes destas famílias trabalhavam ora como agricultores minifundistas, ora como arrendatários ou trabalhadores rurais e, habitavam regiões pouco dinamizadas do país. Os chefes se viram em péssimas condições de vida e com poucas oportunidades de trabalho, assim, eles buscaram novas possibilidades e migraram, mas continuaram a trabalhar e viver em condições análogas a seus pais. A precariedade os levou a migrarem novamente, desta vez, para as cidades, habitando periferias, onde aprenderam profissões como pedreiro, mecânico, doceiro, entre outras. As condições de vida tornaram-se mais satisfatórias e havia maiores oportunidades de trabalho. Nas cidades, com profissões definidas, as mudanças para outros municípios eram mais decorrentes dos empregos, do que em relação às condições de vida.

Para estes assentados a experiência urbana é marcante, sua concepção e visão de mundo são alicerçadas no modo urbano, o que pode favorecer a escolha da estratégia pluriativa. O fato não surpreende, visto a concepção da Comuna da Terra, busca agregar à luta pela reforma agrária moradores das periferias de Regiões Metropolitanas. De outro modo, a trajetória de vida das famílias evidencia que muitas resistiram ao êxodo rural. O retorno ao campo pode significar o resgate de suas raízes, graças a um projeto com vistas à justiça social, em particular no que se refere à produção agrícola, principalmente se a atividade agrícola for bem sucedida.

As famílias pluriativas são constituídas, em sua maioria por homens, que atualmente estão em idade economicamente ativa (ver gráfico 01), revelando grande disponibilidade de mão de obra tanto para as atividades agrícolas, quanto para a pluriatividade. Lembrando que a disponibilidade de mão de obra favorece o surgimento da pluriatividade (SCHNEIDER, 2009b).

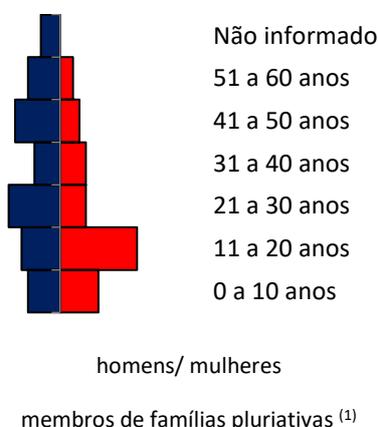


Gráfico 1 - Pirâmide etária dos membros das famílias com estratégia pluriativa <sup>(1)</sup> 17 famílias com 69 membros

As famílias são constituídas por crianças (0 a 10 anos) que representam 21% dos membros e de adolescentes (entre 11 a 20 anos), também 21%. Os adultos, entre 21 a 50 anos são 45% e acima de 51 anos são 3%. Estas famílias têm idade média de 33 anos. Na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), as famílias pluriativas têm em média de idade 27 anos (DEFIGUEIREDO, *et al.*, 2011).

Nas famílias pluriativas há mais membros jovens que a média do assentamento Milton Santos, tal como observou Schneider *et al.*, (2006; 2009a) na região sul. Isto sugere que o ciclo demográfico familiar em uma fase jovem favorece a pluriatividade, conforme evidenciou Chayanov (1974).

O ciclo demográfico da família é o elemento base para tomadas de decisões estratégicas, dado que o uso dos fatores de produção depende da disponibilidade de força de trabalho (CHAYANOV, 1974; SCHNEIDER, 2009b; SACO DOS ANJOS, 2003). As famílias mais jovens têm maior disponibilidade de trabalho permitindo a diversificação de atividades e fontes de renda.

Além de que, os assentados mais escolarizados pertencem as famílias pluriativas: 26% completaram o 1º grau e 23% o 2º grau. O maior grau de escolaridade possibilita a disputa de posições no mercado de trabalho com a diminuição de uma dependência da renda agrícola. Ou seja, maior nível educacional favorece a pluriatividade.

Em suma, em famílias pluriativas assentadas no Milton Santos em lotes com 1 há têm grande disponibilidade de mão de obra familiar, de jovens com maior grau de escolaridade que as demais. Assim, a estratégia pluriativa emerge de modo acentuado, no entanto, a mão de obra local é considerada pouco qualificada em termos de escolaridade em relação aos cidadãos, favorecendo uma ocupação no mercado informal, o que veremos adiante.

#### **4.4 A atividade agrícola realizada por famílias pluriativas**

O assentamento Milton Santos foi concebido como Comuna da Terra e na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que conferem ênfase à produção agrícola e à sustentabilidade ambiental. Esta concepção de modalidade de assentamento adota a agroecologia como norteadora das práticas. A agroecologia é uma alternativa estratégica para o planejamento e desenvolvimento de assentamentos produtivos ambientalmente sustentáveis. A agroecologia pode ser concebida como uma ciência que define sistemas sustentáveis de produção (nas óticas ambiental, social e econômica), considerando as relações locais (ALTIERI, 2012).

A agricultura do Milton Santos é baseada no manejo orgânico, principalmente de hortaliças folhosas em uma área reduzida e limitada pela baixa fertilidade do solo, falta de água para irrigação, assistência técnica ineficaz e infraestrutura produtiva precária. Apesar das limitações o assentamento oferece mais de 300 toneladas de alimentos de qualidade a pessoas em estado de insegurança alimentar (MORUZZI MARQUES, 2014).

A prática da atividade agrícola realizada pelas famílias com estratégia de renda pluriativa difere daquela das famílias com outras estratégias. A produção agrícola das famílias pluriativas ocupa menor área, com pouco privilégio aos cultivos de roça de menor rentabilidade financeira e menor diversidade de espécies, logo é menos intensiva que a prática agrícola realizada pelas famílias com estratégia de renda baseada na agricultura.

A insatisfação com os fatores limitantes como a falta de água, baixa fertilidade do solo, assistência técnica ineficaz são mais sentidos em famílias pluriativas. Por exemplo, estas famílias consideram a fertilidade do solo como ruim (67%). Este pode ser mais um

fator que contribuiu na escolha da estratégia pluriativa. Outro exemplo, é que as famílias com estratégia de renda agrícola são mais dependentes da assistência técnica e a relação com os técnicos é mais próxima que aquelas pluriativas. Por requerer a aplicação de mais trabalho agrícola (sistemas intensivos), estes sistemas produtivos têm mais frequência de visitas técnicas, que os estabelecimentos das famílias pluriativas. Deste modo, a deficiência da assistência técnica pode contribuir com a emergência da pluriatividade.

Por outro lado, os membros das famílias pluriativas que são responsáveis por desenvolver as atividades agrícolas dedicam mais de 20 horas semanais ao trabalho (70%) no lote. A atividade é realizada por mulheres (55%), que nasceram em São Paulo (38%) e têm idades entre 40 a 60 anos com experiência profissional rural (56%) e 1º grau completo. Os homens destas famílias trabalham fora e é as mulheres realizam as atividades agrícolas.

Os membros responsáveis pelas atividades agrícolas possuem características que dificultam a inclusão no mercado de trabalho, principalmente a idade avançada e a baixa escolaridade. Assim, membros com mais chances de inserção no mercado de trabalho são os que realizam a pluriatividade.

Por serem formadas por mais membros que têm maior facilidade de inserção no mercado, as famílias pluriativas usam eventualmente mais força de trabalho não familiar (33% dos lotes), que famílias com outras estratégias, mas a maior parte é apenas familiar (67% dos lotes). As famílias pluriativas recorrem mais ao trabalho temporário, uma vez que menos membros dedicam-se a agricultura.

Em relação ao uso de financiamento produtivo, a taxa de inadimplência das famílias pluriativas é a mais baixa entre as famílias assentadas, afinal, elas fazem menos uso do crédito agrícola e têm poucos equipamentos para realização das atividades agrícolas. Ademais, em muitos casos a receita obtida com a pluriatividade é alocada na atividade agrícola. Já sobre a comercialização dos produtos, as famílias pluriativas acreditam que outra via de comercialização é dificultada pela falta de tempo para dedicar-se à venda (67%) ou a falta transporte (33%).

Em suma, as famílias pluriativas tem alta disponibilidade de trabalho familiar, grande parte estando inserida no mercado de trabalho. Os membros com características que dificultam a inserção no mercado de trabalho realizam a atividade agrícola no lote e, algumas vezes, recebem ajuda de trabalhador contratado, principalmente para a atividade de plantio. A prática agrícola é menos intensiva e conta com poucos membros participantes.

#### **4.5 A dinâmica da atividade não agrícola praticada fora do assentamento**

A mão de obra disponível entre as famílias pluriativas do Milton Santos é entorno de cinco membros ativos para cada inativo, é superior às famílias pluriativas paulistas com 1,7 membros ativos para cada inativo (DEFIGUEIREDO, *et al.*, 2011). Logo, há maior disponibilidade de mão de obra, fator favorável a pluriatividade.

A mão de obra das famílias pluriativas é empregada em atividades urbanas não especializadas (26%), especializadas (16%), além de 4% desempenharem atividades internas e externas ao lote, 7% são do lar e 8% sem informação (23% não têm idade para trabalhar). Apenas 16% dos membros trabalham nos lotes. Com esta configuração, a autoidentificação como agricultor é de apenas 16% dos membros, assim, a atividade agrícola não é praticada de modo intensivo.

Grande parte dos membros pertencentes a famílias pluriativas não são pluriativos. Entre os membros pluriativos, 41% dedicam mais de 30 horas semanais a pluriatividade

intersectorial, 6% até 10 h e 6% até 20 h. Em assentamentos brasileiros, 44% dos membros pluriativos realizam atividades externas eventuais, 24% temporárias e 31% permanentes (MEDEIROS *et al.*, 2004).

Ademais, a pluriatividade no assentamento é mais frequente e estável que noutros assentamentos do país, já que a maior parte dos membros pluriativos do Milton Santos desenvolve atividades permanentes em outros setores não ligados a agricultura.

Os membros pluriativos são os homens (75%), com o predomínio de jovens de 20 a 30 anos (14 pessoas), que possuem o 1º grau incompleto (29%), completo (26%), ou o 2º grau completo (23%) e estão em plena capacidade de trabalho com grande vigor físico. Os membros pluriativos são mais escolarizados, confirmando estudos sobre o tema como o de Defigueiredo *et al.*, (2011).

Deste modo, a mão de obra ofertada ao mercado de trabalho é de homens jovens mais escolarizados e com boa capacidade para realização de trabalho físico. Ou seja, trata-se de força de trabalho com maior facilidade de inclusão no mercado e que também tem desempenho físico adequado para realização da atividade agrícola.

As famílias pluriativas dispõem de mais mão de obra jovem (ver gráfico 01). Com efeito, há uma tendência acentuada de inserção de jovens rurais no mercado de trabalho urbano (FERRARI *et al.*, 2005). Os membros pluriativos são mais jovens, do que os agricultores (ver gráfico 02), conforme estudo de Defigueiredo *et al.*, (2011) na RMSP.

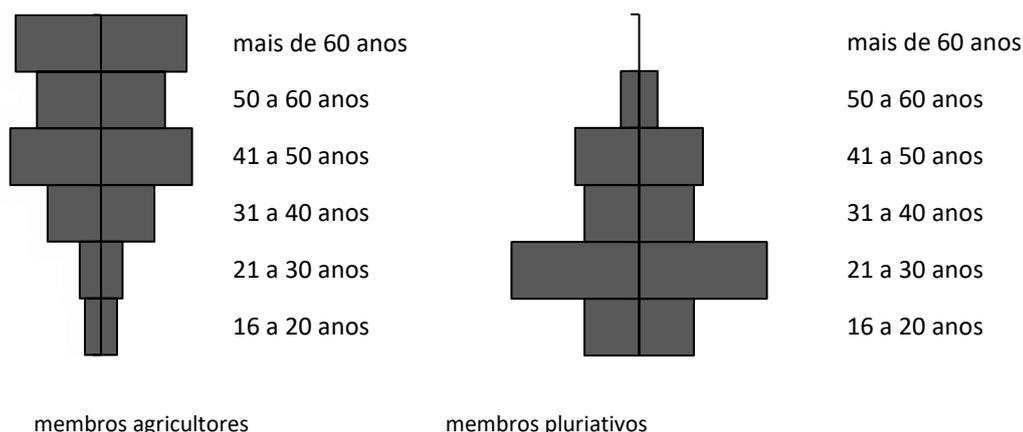


Gráfico 2 - Pirâmides etárias dos membros que realizam atividades agrícola e pluriativas respectivamente

Os assentados que executam as atividades agrícolas são mais idosos, situando-se nas faixas etárias entre 31 e 50 anos (41%), mais de 60 anos (24%) e entre 50 a 60 anos (18%). Os jovens entre 16 a 30 anos representam 11% da população que executa a atividade agrícola. Ou seja, os agricultores são homens com idade em que a inserção do mercado de trabalho é mais difícil. Assim, a atividade agrícola permite sua inclusão social.

Pelo contrário, não há membros pluriativo com mais de 60 anos. Os membros pluriativos são jovens entre 16 a 30 anos (56%) ou, em menor proporção, adultos entre 31 a 50 anos (36%). Em estudo de Schneider, (2009a) no Sul do país os membros pluriativos também são os mais jovens.

No assentamento, permanece a mão de obra de pessoas mais idosas com dificuldades em desempenhar esforço físico e com pouca possibilidade de inserção no

mercado de trabalho. Ou seja, a atividade agrícola no assentamento constitui uma oportunidade muito importante de trabalho para estes indivíduos.

Deste modo, os membros pluriativos exercem funções em meio urbano cuja remuneração é baixa, mas que, entre as famílias assentadas representa um acréscimo importante da renda familiar.

O salário dos membros pluriativos assentados no Milton Santos varia entre um (64% dos membros), a dois (36%) salários mínimos mensais, semelhante a resultados encontrados em estudos de Teixeira (1998) e Schneider (2010). Kageyama *et al.*, (2013). Estes autores consideram o trabalho pluriativo nas cidades como uma situação de subempregos.

Em Americana, a renda per capita por domicílio urbano em 2010 era de R\$ 833,00 mensais (IBGE, 2010), valor superior ao salário dos membros pluriativos assentados. No entanto, se compararmos aos domicílios rurais, a renda per capita em Americana é de R\$ 433,00 mensais (IBGE, 2010), o que torna considerável a renda dos membros pluriativos. Os membros pluriativos do assentamento são menos remunerados, que os trabalhadores urbanos de Americana, no entanto são mais remunerados que os trabalhadores rurais do município (IBGE, 2010).

Os membros pluriativos das famílias assentadas realizam atividades por empreitadas, que não garante os mesmos direitos trabalhistas de um assalariado com registro em carteira de trabalho, configurando assim, em empregos informais (DEMOS, 2013). Salienta-se que a inclusão no mercado de trabalho urbano é informal, sem direito aos benefícios da atual legislação trabalhista.

Os membros pluriativos exercem atividades urbanas na construção civil (38%), como ajudante geral no comércio ou em fábricas (28%), no comércio (19%) ou noutras atividades (15%). Trata-se, portanto de uma forma de pluriatividade intersetorial, como mencionado anteriormente, consistindo em combinação de atividades na agricultura e em outros setores. As profissões exercidas têm baixa remuneração e não requerem qualificações relacionadas à escolaridade. Assim, o assentamento pode ser visto como um local de reserva de mão de obra barata para o desenvolvimento urbano-industrial.

A distância percorrida do assentamento ao local de trabalho varia de 10 a 20 km. Em média, este percurso dura de 15 a 20 minutos em deslocamento realizado por transporte público, meio mais utilizado pelos trabalhadores. Os locais de trabalho em geral são no entorno do assentamento, nas periferias das cidades, de fácil acesso para os assentados. De fato, existem nestes arredores fábricas e empresas interessadas em mão de obra barata.

A pluriatividade no assentamento é acentuada e estável, com atividades externas permanentes cujas características permitem situá-las como uma pluriatividade intersetorial. A pluriatividade é realizada por membros com maiores chances de se inserirem no mercado de trabalho, no entanto, estes indivíduos acabam se incluindo no mercado de trabalho informal, o que possibilita de toda forma garantia de uma renda familiar total maior do que as famílias com estratégia de renda agrícola.

#### **4.6 Os resultados financeiros das famílias pluriativas**

No conjunto das famílias assentadas, é da atividade agrícola que é obtido o maior valor da somatória dos rendimentos das famílias entrevistadas, em seguida a pluriatividade intersetorial e a aposentadoria. O peso da renda agrícola corresponde a 39% do valor total dos rendimentos, a pluriatividade 31%, os benefícios previdenciários 23%

e por fim, 6,6% são relativos ao Programa Bolsa Família, que faz parte da composição de renda de 80% das famílias assentadas.

A pluriatividade tem uma receita média mensal de R\$ 891,00 entre as três famílias pluriativas (ver tabela 01). A renda média total mensal das famílias pluriativas do Milton Santos é de R\$ 1.521,00, o dobro das famílias agrícolas assentadas e supera a média das famílias pluriativas da RMSP de R\$ 1.288,72 (DEFIGUEIREDO *et al.*, 2011). Assim, as famílias pluriativas do assentamento estão em condições econômicas melhores que a média paulistana

Tabela 1 - Fontes e valor da renda anual em 2013 (em salários mínimos de R\$ 678,00) das famílias pluriativas no assentamento Milton Santos, Americana-SP

Estratégia das famílias	Fontes de renda				Renda familiar total	Renda/per capita
	Agrícola	Pluriativa	Bolsa família	Renda de benefício		
Pluri nº 1	7,07	24,00	-	13,00	44,07	14,69
Pluri nº 2	7,07	18,00	2,12	-	27,19	4,53
Pluri nº 3	2,12	5,31	2,12	-	9,55	4,78
<b>TOTAL</b>	<b>16,26</b>	<b>47,31</b>	<b>4,24</b>	<b>13,00</b>	<b>53,38</b>	

As famílias consideradas neste estudo como pluriativas têm o peso da renda agrícola entre 16% a 26% da composição da renda familiar total. A renda oriunda da atividade agrícola é menos do que 1/3 da renda familiar total.

As famílias pluriativas nº 01 e nº 02 obtêm rendimentos da agricultura mais alto, que a maior parte das famílias com estratégia agrícola. Além da produção de hortaliças, as famílias pluriativas nº 01 e nº 02 comercializam ovos e frangos caipiras gerando uma renda oriunda do lote maior, que grande parte das famílias agrícolas. Em campo, pôde-se constatar que a receita obtida com as atividades não agrícolas é investida na aquisição de mudas, esterco e outros insumos. Deste modo, a pluriatividade fortalece as atividades agrícolas realizadas pelas famílias pluriativas.

Na comparação entre as duas menores rendas de famílias entrevistadas com estratégia agrícola e pluriativas a diferença chega a ser três vezes superior à família agrícola. É nítida a contribuição da pluriatividade para a elevação da renda das famílias rurais, como sugere o trabalho de Schneider (2010). Mesmo com rendimentos mais altos obtidos com a pluriatividade, eles não são completamente suficientes para as despesas familiares, assim a atividade agrícola é essencial na composição da renda de famílias pluriativas.

Ademais, entre as famílias pluriativas, a insatisfação com a renda obtida com a agricultura é alta (94%), dando indícios para compreensão da motivação pela opção da estratégia pluriativa.

Em relação a aquisição de bens pela família após a instalação no assentamento, apenas uma delas adquiriu bens duráveis como móveis e ferramentas. No entanto, todas finalizaram a construção de suas casas. Estas famílias priorizaram gastar seus esforços iniciais na adequação das moradias.

Já a maior despesa das famílias pluriativas é com alimentação (61%), material de construção (17%) e insumos para o lote (11%) ou energia elétrica (11%). Aqui nota-se claramente que os esforços econômicos das famílias agrícolas e pluriativas divergem-se.

As famílias agrícolas gastam mais com insumos produtivos e as pluriativas com material de construção.

## 5. Conclusões

No assentamento a pluriatividade é acentuada e praticada via atividades externas não ligadas ao setor agrícola caracterizando como intersetorial. As famílias têm grande disponibilidade de trabalho e pouca área agrícola, logo grande parte dos membros são inseridos no mercado de trabalho, no entanto de forma informal, mas que de toda forma garante uma renda familiar maior que as demais famílias.

## 6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R.. Agricultura Familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 11, nº 2, p. 73-78, abr./jun, 1999.

ALTIERI, M. A.. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, vol. 22 nº 16, p. 22-32, jan. 2012.

AQUINO, I.. Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930. In: CALDEIRA J.R.C. e ODALIA, N.. **História do Estado de São Paulo/ A formação da unidade paulista. Vol1 Colônia e Império**. Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado 2010, 2010, p. 61-82.

CHAYANOV, A. V.. **La Organización de la Unidad Economica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974 120 p.

CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S.. **Estratégia de reação ou estratégia de adaptação? A pluriatividade da agricultura familiar em contextos rural-urbanos distintos**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/827.pdf>> Consultado em: 25 ago. 2015.

DE CARVALHO, J G.. **Questão Agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto**. 233 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011.

DE FIGUEIREDO, N. M. S.; BRANCHI, B. A.; KAGEYAMA, A. A.. Trabalhadores e famílias rurais na Região Metropolitana de São Paulo: diversificação dos rendimentos e características familiares em 2008. **Revista de Economia**, São Paulo v. 38, n. 1, p. 133 – 166 jan./abril, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/viewArticle/28749>> Acesso em: 10 jun. de 2014.

DEMO, P.. Elementos para Estudo do Subemprego. In: **Síntese: Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 4 n 10. 2013. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/2399>>. Acesso em 20 jun. 2014.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; TESTA, V. M.. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 12, n 2, p. 237-271, out./dez., 2005.

FÜLLER, A. Introducción. In: **ARKLETON RESEARCH: Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier. Madrid: Ministerio da Agricultura, Pesca y Alimentacion, p. 247- 259. 1987.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo. Banco de Dados Agregados. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?z=t&o=25&i=P>> Consultado em: 09 jan. 2012.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n 1, p. 105-122, jan./abril, 2013. Disponível: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000100006&script=sci_arttext)>. Acesso: em 14 abr. 2014.

LAMARCHE, H.. coord. **A agricultura familiar: comparação internacional**. vol. 1 - Uma realidade multiforme. Trad. Angela M. N. Tijuwa. Campinas: Ed. UNICAMP. 1993. 336 p..

MARSDEN, T.. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**. London, v. 11, n 3, p. 285-296, jun./set.,1995.

MATTEI, L.. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista Economia e Sociologia Rural**, v.45, n 4, p. 1055-1073, out./nov., 2007. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000400011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 11 de julho de 2012.

MEDEIROS, L, LEITE, S., HEREDIA, B. M., CINTRÃO, R.. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Unesp IICA/ NEAD, 2004. 307 p.

MORUZZI MARQUES; LE MOAL, M. F. DE ANDRADE, A. G. F.. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo agricultura de proximidade em questão. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas: UNICAMP, v. 8, n. 1, jan./fev., 2014. Disponível em: < [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/310078/mod\\_resource/content/0/1741-4740-1-SM.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/310078/mod_resource/content/0/1741-4740-1-SM.pdf)> Acesso em: 19 out. 2014.

MULLER. G.. São Paulo o Núcleo do padrão agrário moderno. In: STEDÉLI, J.P.. **A questão Agrária na década de 1990**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. Quarta Edição. 2004. p. 221 - 237.

OLIVEIRA, F. A. M.. Terras para lavoura comercial do café em São Paulo: Jaú (1850-1910) In: CALDEIRA J. R. C. e ODALIA, N. **História do Estado de São Paulo/ A formação da unidade paulista. Vol. 2 República**. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado 2010. p. 41 – 60.

PETRONE, M. T. S.. O desprezado “ciclo do açúcar” paulista (1765-1850). *In*: CALDEIRA J.R.C. e ODALIA (org.). **História do Estado de São Paulo/ A formação da unidade paulista. Vol1 Colônia e Império**. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado. 2010. p. 125- 155.

SACO DOS ANJOS, F.. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL. 2003. 374p.

SCHNEIDER, S.. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, n 51, p. 99- 120, fev., 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 10 de jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. 300 p.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ, VALLE F. (org.). **La pluriactividad en lo campo Latinoamericano**. Quito: Flasco. 2009a. p. 132- 162.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009b. 258 p.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste. **Parcerias Estratégicas**, v. 11, n. 22, p. 217-244, 2010.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. 1998. 185 p. Dissertação (Mestrado) – CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro 1998.